



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 345/2017.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Município de TAILÂNDIA, para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores aprova e eu, PAULO LIBERTE JASPER, prefeito de Tailândia, sanciono esta Lei Municipal.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, as diretrizes orçamentárias do Município de Tailândia, Estado do Pará, para o exercício financeiro de 2018, em cumprimento ao art. 165, § 2º da Constituição Federal, art. 4º da LC nº101/2000/LRF e a Lei Orgânica Municipal, compreendendo os seguintes capítulos:

- I – As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – A Estrutura e a Organização do Orçamento do Município;
- III – As diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- IV – As Disposições sobre a Dívida Pública Municipal e das Operações de Créditos;
- V – As Disposições e dos Limites da Despesa com Pessoal e Encargos Sociais;
- VI – As Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária;
- VII – As Normas relativas ao controle da Execução Orçamentária e à Avaliação dos Resultados dos Programas financiados com recursos do orçamento do Município;
- VIII – As Disposições Finais.

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - São Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal, os programas de trabalho e as ações de governo que estão descritos no Anexo nº 03 deste Projeto de Lei, os quais permeiam o Planejamento Municipal, representado pelas leis do PPA, da LDO e da LOA, no exercício de 2018.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 3º - A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2018 e sua aprovação serão orientadas para:

- I - atingir as metas fiscais relativas a receitas, despesas, resultados primários e nominais, além do montante da dívida pública municipal, estabelecidos em Anexos desta Lei, conforme previsto nos §§ 1º e 2º, do art. 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000;
- II - evidenciar a responsabilidade da gestão fiscal, empreendendo uma ação planejada e transparente, observando-se o princípio da publicidade, mediante o acesso público às decisões compartilhadas, inclusive por meio de processos de planejamento estratégico participativo, com convocação ampla e irrestrita de todos os setores sociais envolvidos;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

III - aperfeiçoar a efetividade na utilização dos recursos públicos, aumentando a eficácia dos programas por eles financiados;

IV - promover o acesso universal e de qualidade aos serviços públicos, fortalecendo os setores de educação, saúde, segurança pública, assistência social, meio ambiente, cultura, habitação e transporte, com prioridade para proteção da infância e da adolescência, garantindo investimentos de modo a qualificar, aperfeiçoar e fortalecer as instituições, proporcionando o pleno exercício de suas funções, bem como elevando a qualificação dos seus integrantes;

V - garantir o pleno funcionamento dos órgãos dos Poderes constituídos e a integração de seus serviços, de modo a garantir o desenvolvimento econômico e social do Município, de forma equitativa;

VI - assegurar o cumprimento dos direitos de cidadania, direitos humanos, das maiorias, da infância e adolescência e da integridade da mulher;

VII - assegurar a implementação de políticas de desenvolvimento municipal.

Art. 4º - As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas, no projeto de Lei Orçamentária de 2018, por função, sub função, programas, projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º - Para efeito desta lei, entende-se por:

I - Categoria de programação: o detalhamento do Programa de Trabalho, identificado por função, sub função, programa, projeto, atividade e operações especiais;

II - Função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo setor público;

III - Sub função: nível de agregação de um subconjunto de ações do setor público;

IV - Programa: instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual 2018-2021;

V - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VII - Operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 2º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando seus valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização das ações.

§ 3º Cada projeto-atividade e operação especial identificará a função e a sub função aos quais se vinculam.

§ 4º As Atividades com mesma finalidade de outras já existentes, deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 5º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 2º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2018-2021.

Art. 5º - O Orçamento Municipal deverá ser desdobrado em dois outros orçamentos, o Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, sem perder sua unicidade, e, abrangerá o Poder Legislativo e Executivo, e será elaborado levando-se em conta a estrutura organizacional vigente da Prefeitura Municipal e terá a sua composição de fontes de recursos segundo o Art. 11 da Lei nº. 4.320/64, normativos da Secretaria do Tesouro Nacional, e do Tribunal de Contas dos Municípios, sendo os grupamentos básicos das receitas conforme classificação abaixo:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

- I - receita tributária;
- II - receita de contribuições;
- III - receita patrimonial;
- IV - receita industrial;
- V - receita de serviços;
- VI - transferências correntes;
- VII - outras receitas correntes;
- VIII - transferência de capital;
- IXI – outras receitas de capital.

Art. 6º - O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, o identificador de resultado primário, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e as fontes de recursos.

§ 1º - A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal, da seguridade social ou de investimento das empresas, iniciados com os códigos 10-orçamento fiscal, 20-orçamento da seguridade social e 30-orçamento de investimento, respectivamente.

§ 2º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, abaixo, ou conforme as classificações contábeis a serem implementadas, com a vigência da nova contabilidade aplicada ao setor público, a partir de 2015, a saber:

- I - pessoal e encargos sociais – 1;
- II - juros e encargos da dívida – 2;
- III - outras despesas correntes – 3;
- IV - investimentos – 4;
- V - Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas que forem constituídas – 5; e
- VI - Amortização da dívida – 6.

§ 3º - A Reserva de Contingência, prevista no art. 1º desta Lei, será identificada pelo dígito 9 no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º - O identificador de resultado primário, de caráter indicativo, tem como finalidade auxiliar a apuração do resultado primário devendo constar no projeto de lei orçamentária e na respectiva lei em todos os grupos de natureza de despesa, identificando, de acordo com a metodologia de cálculo das necessidades de financiamento, cujo demonstrativo consta anexo à lei orçamentária.

§ 5º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

- I - mediante transferência financeira, inclusive a decorrente de descentralização orçamentária;
- II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º - A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I - Governo federal – 20;
- II - Governo estadual - 30;
- III - Governo municipal - 40;
- IV- Entidade privada sem fins lucrativos - 50;
- V - Transferência a instituições multi governamentais nacionais – 70;
- VI - Transferência a consórcios públicos - 71;
- VII - Aplicação direta - 90;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

VIII- Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social – 91.

§ 7º - É vedada a execução orçamentária com a modalidade de aplicação “a ser definida - 99”.

§ 8º - O identificador de uso destina-se a indicar se os recursos que compõem a contrapartida municipal de empréstimos ou de doações, ou destinam-se a outras aplicações, constando da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, o código das fontes de recursos;

§ 9º - Os elementos-despesas que compõem o detalhamento geral das dotações orçamentárias em seus respectivos projetos e atividades, são os definidos basicamente na Lei nº 4.320/64, Portaria Interministerial STN nº163 e do Plano de Contas Único determinado em normativos do Tribunal de Contas dos Municípios

§ 10 - A Lei Orçamentária de 2018 discriminará as despesas por funções e sub funções de governo de acordo como estabelece a Portaria Federal nº42/99, sendo que o grupo de destinação de recursos destina-se a indicar os recursos originários do Tesouro ou de Outras Fontes e fornece a indicação sobre o exercício em que foram arrecadados, constando da Lei Orçamentária de 2018 e dos créditos adicionais pelos seguintes dígitos, que antecederão o código da especificação das destinações de recursos:

I - Recursos do tesouro - exercício corrente - 1;

II - Recursos de outras fontes - exercício corrente - 2;

III - Recursos do tesouro - exercícios anteriores - 3;

IV - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - 6;

V - Recursos condicionados - 9.

Art. 7º – A lei orçamentária discriminará por categorias de programação específicas para as dotações destinadas:

I - as ações descentralizadas de educação, saúde e assistência social;

II - atendimento de ações de alimentação escolar;

III - a concessão de subvenções e subsídios;

IV - a participação em constituição ou aumento de capital de empresas que vierem a ser concretizadas;

VI - Ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão dotações específicas; e

VII - as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

Art. 8º - O Projeto de Lei da LOA – 2018 do Município de Tailândia deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo Municipal, conforme estabelecido na Lei Orgânica Municipal e no Art. 22, com seus incisos, parágrafo único, da Lei nº 4.320/64, o qual será organizado e composto do conteúdo que segue:

I – Texto da Lei;

II – Consolidação dos Quadros Orçamentário;

III – Anexos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida por lei;

IV – Discriminação da Gestão da Receita referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

V – Integração e consolidação aos quadros orçamentários a que se refere o Inciso II, os seguintes demonstrativos:

a) Resumo da estimativa da receita total do município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

b) Resumo da estimativa da despesa total do município, por rubrica e categoria econômica, bem como, origem dos recursos;

c) Fixação da despesa do município por função, sub função e origem dos recursos;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

- d) Receita arrecadada nos três exercícios anteriores àquele de elaboração da proposta da LOA - 2018;
- e) Receita do ano da proposta (2018) e os dois exercícios subsequentes a este;
- f) Despesa realizada no ano imediatamente anterior;
- g) Estimativas das receitas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, por categoria e origem dos recursos;
- h) Distribuição da receita e da despesa por função de governo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- i) Aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal Nº 9.394/1996, por órgão, detalhando, inclusive, fontes e valores por Programa de Trabalho e Grupos de Despesas;
- j) Aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, na forma da legislação que rege a matéria;
- k) Descrição sucinta de cada unidade administrativa e unidade orçamentária acerca de suas principais finalidades e com as suas respectivas legislações funcional;
- l) Aplicação dos recursos de que tratam a Emenda Constitucional Nº 25 do Governo Federal;
- m) Apresentação da RCL – Receita Corrente Líquida de que trata a Lei Complementar Nº 101/2000;
- n) Da aplicação dos recursos reservados à saúde de que tratam a Emenda Constitucional Nº 29 do Governo Federal.

Art. 9º - A LOA – 2018, deverá ser apresentada conjuntamente a programação dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em consonância com os dispositivos da Portaria Interministerial Nº 163 de 04/04/2001, e a distribuição da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, função, sub função e ações, em seu menor nível de detalhe orçamentário, por elemento ou até o sub elemento de despesa.

Art. 10 - As receitas e as despesas orçamentárias dos órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social terão seu fato gerador reconhecido no Sistema de Contabilidade Municipal, por ocasião da sua arrecadação e liquidação, respectivamente, observando, obrigatoriamente, as peculiaridades abaixo, ou conforme os princípios contábeis aplicáveis à nova contabilidade aplicada ao setor público, ditados pela Resolução CFC 1.111/2007 a ser aplicado a partir deste ano.

I - Receita - no mês em que ocorrer o respectivo ingresso;

II - Folha de pessoal e encargos sociais - dentro do mês de competência a que se referir o gasto;

III - Fornecimento de material - pela data da entrega;

IV - Prestação de serviço - pela data da realização;

V - Obras - na ocasião da medição.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 11 – Deverá ser observado o princípio da publicidade, levando em conta a obtenção de superávit primário, conforme discriminação no anexo de Metas Fiscais, evidenciada a transparência da gestão fiscal e assegurada à participação da sociedade, sendo esta



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

amplamente divulgada, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

PARÁGRAFO ÚNICO. O poder Executivo avaliará a eficiência das ações desenvolvidas, para o cumprimento das metas estabelecidas nesta Lei, em audiência pública, conforme estabelece o art. 48 e 48-A da lei complementar nº 101/2000, e Lei Complementar Federal nº 131/2009 que trata da transparência fiscal com publicação da gestão fiscal em tempo real.

Art. 12 – Em cumprimento ao artigo 4º e 11 da LRF LC-101/2000, a previsão da receita e a fixação de despesa para elaboração da lei orçamentária de 2017 devem guardar perfeito equilíbrio orçamentário e deverá ser orientada no sentido de alcançar resultado primário e nominal positivo e sua aprovação e execução a ser realizada de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observado o art. 48 e 49 da LRF LC-101/2000, e Lei Complementar Federal nº 131/2009, tendo em conta os princípios da publicidade e orçamentários, e para permitir amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma de suas etapas, principalmente sobre as prioridades dos Programas e Investimentos de interesse social.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Poder Legislativo, para efeito de elaboração da respectiva proposta orçamentária e a classificação contábil conforme Plano de Contas Único do Tribunal de Contas dos Municípios encaminhará ao Poder Executivo, até 30 de agosto deste exercício, sua respectiva proposta orçamentária para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária municipal de 2018.

Art. 13 - O Orçamento de 2018 deverá obedecer aos princípios da transparência, a participação popular e o equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Executivo e Legislativo, devendo, com isto, assegurar o controle social a partir de:

I – Participação do cidadão na elaboração desse instrumento de planejamento e no seu acompanhamento e avaliação de resultados;

II – Garantia da transparência acerca da execução da LOA – 2018 atendendo aos pressupostos da legislação vigente;

III – Efetivação de repasses financeiros do Poder Executivo ao Poder Legislativo de conformidade com a Lei vigente.

Art. 14 - A estimativa para previsão das Receitas da LOA – 2018, com base no art. 11 a 13 da LC-101/2000/LRF, deverá observar as alterações na Legislação Tributária; os Incentivos Fiscais Autorizados; a Inflação do Período, medida pelo IGP-M; o crescimento econômico (variação do PIB, municipal, estadual e/ou nacional); a Valorização Imobiliária, além da taxa média de crescimento das receitas municipais nos três últimos exercícios financeiros.

Art. 15 – A estimativa de fixação da despesa para a proposta orçamentária para o exercício de 2017 será elaborada considerando os seguintes parâmetros:

§ 1º - Para a despesa de pessoal e encargos sociais:

I - Variação na taxa de inflação mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

II - Crescimento vegetativo da folha;

III - Implementação e/ou alteração das estruturas de cargos, carreira e remuneração dos servidores da Administração Pública Municipal aprovada em lei;

IV - Previsão de preenchimento de cargos comissionados e efetivos;

V - As contribuições previdenciárias, em observância ao disposto na legislação específica; e

VI - Observância aos tetos salariais estabelecidos no âmbito do Poder Executivo;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º - Para a dívida pública municipal, projetada com base nos indicadores que norteiam as cláusulas contratuais;

§ 3º - Os débitos precatórios, atualizados pelo índice oficial da remuneração básica da caderneta de poupança que para fins de compensação de mora, incidirá juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.

§ 4º - Demais despesas:

I – Obras, com base no Índice Nacional de Custo da Construção Civil (INCC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV);

II - Contratos de prestação de serviços de natureza continuada: pelo dissídio definido na data-base da categoria;

III - Energia, combustível e água: com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV);

IV – Telefonia, com base no Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) ou do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI).

Art. 16 – O Executivo Municipal estabelecerá, até 30 dias após a publicação da LOA – 2018 a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para as Unidades Orçamentárias do Poder Executivo, identificando:

I – A programação orçamentária bimestral, por Unidade Orçamentária, grupo de despesa e fonte de financiamento;

II – O cronograma mensal de desembolso, por fonte de recursos e grupos de despesa.

§ 1º - A programação orçamentária referida no Inciso I do “caput” deste artigo refere-se ao limite-empenho da despesa a ser autorizado mês a mês por Unidade Orçamentária, para utilização da Secretaria de Finanças, com exceção apenas da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, cuja gestão é descentralizada;

§ 2º - O cronograma de desembolso citado no Inciso II do “caput” deste mesmo artigo refere-se ao sistema de fluxo de caixa, introduzido pela LRF/2000.

Art. 17 – Analisado ao final de cada bimestre e observando-se que a receita não apresentou o comportamento previsto de forma a assegurar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas, o Poder Executivo, de forma proporcional a suas dotações, adotarão critérios e mecanismos para limitações de empenho no montante necessário, adotando providências tais como:

I – Aplicação do Art. 169 CF/88, com a redução de despesas com horas extras, corte de até 40% cargos comissionados e funções de confiança e exoneração de servidores não estáveis;

II – Redução, no mesmo percentual da queda da receita, de gastos com combustíveis, diárias, passagens, consultorias, contratação de pessoal, etc.;

III – A interrupção na aquisição de equipamentos, materiais permanentes e obras para as áreas da atividade-meio da Prefeitura;

IV – A necessidade de suspensão, temporária dos novos investimentos, inclusive, os programados na LOA – 2018.

V – A preservação da limitação de empenhos de despesas que se constituem obrigações constitucionais e legais do município, as destinadas ao pagamento de dívidas e aquelas referentes a pagamentos de pessoal e seus encargos sociais.

Art. 18 – As transferências de recursos do Orçamento Municipal a entidades privadas deverão beneficiar somente aquelas sem fins lucrativos, e, voltadas para o atendimento



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

nas áreas da educação, saúde, meio ambiente, cultura e desportos, assistência social e cooperação técnica, além de atender a uma das condições a seguir:

- I – Sejam de geração de benefícios direta e gratuita ao público;
- II – Sejam constituídas de associações atuantes como sociedades civis, cooperativas e outras, a exemplo das comunidades de bairros devidamente organizadas;
- III – Sejam lotadas ou sediadas na jurisdição do município;
- IV – Desenvolvam ações que complementam ou fortaleçam os macros objetivos que estão constantes no PPA 2018 / 2021 do município.

Art. 19 – A criação, expansão e/ou o aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem o aumento das despesas contidas na LOA – 2018 ficam condicionadas a:

- I – Apresentação de declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento de despesas tem suporte na adequação orçamentária e financeira da Lei Orçamentária Anual e sua Compatibilidade com o respectivo PPA;
- II – Indicação da origem dos recursos para seu custeio e das estimativas previstas no Art. 16, Inciso I da Lei Complementar nº 101 de 2000; e
- III – Não afetação das metas fiscais, conforme dispõe o § 2º do Art. 17 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

PARÁGRAFO ÚNICO: Excluem-se do disposto neste artigo as despesas de caráter irrelevante, para aquisição de bens e serviços, considerada como aquelas cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos nos incisos I e II do Art. 24 da Lei 8.666/1993, devidamente atualizada.

Art. 20 – Na programação dos investimentos em obras da administração municipal só serão incluídos novos projetos depois de adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio conforme estabelece o Art. 15 da Lei Complementar nº 101 de 2000, levando em conta que:

- I – Excetuam-se do “caput” deste artigo, novos projetos programados com recursos de convênios e/ou operações de crédito;
- II – Para efeito do disposto no “caput” deste artigo, também, serão considerados:
 - a) Obras em andamento: aquelas já iniciadas, cujo cronograma de execução ultrapasse o exercício do ano de 2018;
 - b) Despesas com consumação do patrimônio destinadas a atender bens cujo estado indique possível ameaça à prestação de serviços públicos, especialmente, nas áreas da Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Pública.

Art. 21 – Fica o Poder Executivo autorizado a promover alteração e/ou adequações na sua estrutura organizacional administrativa atual visando aperfeiçoamentos e celeridade na gestão pública, desde que tais mudanças não impliquem em aumento de despesas e concorra para a redução de custos, modernização da administração, elevação da produtividade dos recursos humanos em favor da eficiência, eficácia e efetividade da prestação de serviços à população, devendo, obrigatoriamente, atender ao disposto nos Artigos 16 e 17 da Lei Complementar Nº 101/2000.

Art. 22 – Não poderão ser destinados recursos para atender despesas:

- I – Sem que não estejam definidas as respectivas fontes de recursos;
- II – Destinadas a ações de caráter sigiloso previsto em lei, salvo quando realizadas por órgãos ou entidades cuja legislação que as criou estabeleça, entre suas competências, o desenvolvimento de entidades relativas à segurança da sociedade e do Município e que tenham como pré-condição o sigilo;
- III – Para pagamento aos servidores da administração pública, por serviços prestados a título de consultoria ou assistência técnica, inclusive, custeados com recursos de ajustes,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

convênios ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

IV – Para o pagamento de despesas com pessoal, a qualquer título, com recursos do Tesouro Municipal ou transferidos pelo Estado e União a entidades privadas sem fins lucrativos, sob a forma de contribuições, subvenções e auxílios;

V – Para finalidades imprecisas e/ou com dotações ilimitadas;

VI – Com diárias para custeio de deslocamentos de pessoas que não pertençam ao quadro funcional da PMC, salvo as situações previstas como colaboradores eventuais.

Art. 23 – Durante a execução da LOA – 2018, o Executivo Municipal, fica autorizado a incluir novos projetos ou atividades no orçamento das Unidades Orçamentárias, na forma de Crédito Especial, desde que enquadrado nas determinações do PPA do Governo Municipal de 2018 / 2021.

Art. 24 – Em obediência ao Art. 4º, “e” da LRF LC-101/2000 e além de observar as demais diretrizes estabelecidas em leis especiais e o art. 15 desta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, deverá ser considerada a fixação de despesa de forma a propiciar o sistema de controle e critérios de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, financiados com os recursos do orçamento, tomando por base os indicadores e valores econômicos seguintes:

I - obras de engenharia e construção, o indicador de custo médio de construção civil informado periodicamente pelo IBGE;

II – Educação, Lei Federal nº. 11.274/06, Decreto Federal nº.5.690/06, e para o FUNDEB, EC-53/06, o valor de custo atribuído por aluno informado anualmente pelo MEC em relação à quantidade de alunos matriculado conforme o último censo levantado pelo IBGE;

III - Seguridade Social, conforme previstos na legislação constitucional e previdenciária;

IV - Administrativos, pesquisas de preços, dados médios estatísticos de anos anteriores, a política de reajuste salarial do Governo Federal e Municipal, o preço médio de projeto para contratação de mão-de-obra terceirizada e o preço médio projetado nas aquisições de materiais e serviços adquiridos através de processos de licitação;

V – Para insumos e materiais de construções, o custo médio deve ser estabelecido em pesquisa de preços entre os principais fornecedores da região, inclusive os existentes na Praça Local, cotados através de pesquisa de preços.

Seção II
Das Vedações

Art. 25 - Na programação da despesa do Orçamento 2018 fica vedado:

I - despesas fixadas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluir projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III - incluir despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecida, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição.

Art. 26 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - ações que não sejam de competência exclusiva do município;

II - aquisição de mobiliário e equipamento para unidades residenciais de representação funcional;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

III - clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar.

Art. 27 - Será vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais as dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, previstas em lei especial, que preencham as seguintes condições:

I - Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

II - Sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - Atendam ao disposto no art. 195 § 3º e art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2018 e assinada por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria bem como CND de regularidade fiscal emitidas pelas instituições competentes.

§ 2º - Será vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

§ 3º - É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas as previstas em lei específicas, sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II – voltadas para as ações de saúde, ação social, e de atendimento direto e gratuito ao público;

III – consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente constituídos e signatários de contrato de gestão com administração pública municipal, e que participem da execução de programas nacionais de saúde.

Art. 28 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - construção, ampliação, reforma aquisição e locações ou arrendamentos de imóveis residenciais;

II - aquisição de automóveis de representação, salvo aquelas referentes a automóveis de uso:

a) do Prefeito e Vice-Prefeito;

b) - do Presidente da Câmara dos vereadores;

III - celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal, salvo aos destinados a serviço externo do órgão;

IV - ações que não sejam de competência exclusiva do Município;

V - compra de títulos públicos por parte de órgãos da administração municipal, exceto para atividades legalmente atribuídas ao órgão.

Art. 29 - Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que não possam ser desempenhadas por servidores empregados da Administração Municipal.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA
PÚBLICA MUNICIPAL E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Art. 30 – Obedecidos os limites estabelecidos pela Lei Complementar Nº 101/2000, o município de Tailândia poderá realizar operações de crédito em 2018, com vistas a financiar despesas de capital cujos investimentos estejam previstos no orçamento.

Art. 31 – O Projeto de Lei da LOA – 2018 poderá incluir, na receita municipal, recursos provenientes de operações de crédito, observando-se os dispositivos legais.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Lei Orçamentária Anual de 2018 deverá apresentar demonstrativos especificando a Unidade Orçamentária beneficiada, os detalhamentos dos projetos financiados e seus respectivos agentes financeiros.

Art. 32 – A verificação e a observação dos tetos ou limites da dívida pública municipal e operações de crédito será feita na forma e nos prazos estabelecidos pela Lei Complementar Nº 101/2000 e resolução nº 40 e 43/2001 e nº 48/2007 do Senado Federal.

Art. 33 – A Lei Orçamentária Anual de 2018 poderá autorizar a realização de operações de crédito normais e operações de crédito por antecipação de receita (ARO), desde que obedecido ao que dispõe o Art. 38 da Lei Complementar Nº 101/2000 e a Lei nº 4.320/64.

Art. 34 - A Lei Orçamentária assegurará recursos financeiros para pagamento da manutenção e refinanciamento do serviço da dívida contratada, inclusive com a Previdência Social e outras.

Art. 35 - Será consignada na lei orçamentária de 2018 a estimativa de dotação para emissão de títulos, precatórios, contratos da dívida pública municipal e as despesas com a desapropriação de imóveis urbanos, amortização, juros e outros encargos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Municipal.

Art. 36 – O endividamento do Município deve obedecer aos Art.29, 30, 31 e 59 da Lei Complementar Federal nº101/2000 e Resoluções nº43/01, 48/2007 e 67/05 do Senado Federal, não podendo ultrapassar a 1,2 ou 120% da RCL, cabendo aos Poderes Executivos e Legislativos adotar medidas de caráter administrativas e legais para controlar, diminuir e não deixar elevar o endividamento municipal, como, apropriação de resto a pagar sem a devida disponibilidade financeira, inadimplência de operações de créditos bancários, não recolhimento de tributos, contribuições sociais, previdenciária, gastos de pessoal acima dos limites estabelecidos em lei, encargos e precatórios decorrentes de demandas trabalhistas e concessão de garantias, que resultem déficit orçamentário e financeiro, tendo em vista o alcance do resultado primário e nominal positivo no exercício financeiro de 2018.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES E DOS LIMITES DA
DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 37 - No exercício financeiro de 2018 a despesa total do Município de TAILÂNDIA com pessoal, conforme definido no art. 18 da Lei Complementar nº. 101, de 2000, apurada na forma do art. 19, inciso II, e das condições estabelecidas nos artigos 16 e 17



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

da referida Lei Complementar, observará o limite máximo de 60% (sessenta por cento), da Receita Corrente Líquida (RCL), sendo:

- I – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo; e
- II – 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

Art. 38 - Se a despesa com pessoal exceder a noventa e cinco por cento do limite, fica vedado:

- I - A concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no art. 37, inciso X, da Constituição Federal;
- II - A criação de cargo, emprego ou função;
- III - A alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV - O provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V - A realização de hora-extra, salvo aquelas destinadas ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de segurança, assistência social, saúde, justiça e das funções essenciais à justiça, que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 39 - Os projetos de lei sobre criação e transformação de cargos, bem como os relacionados ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, deverão ser acompanhados, no âmbito do Poder Executivo, de demonstrativo do impacto orçamentário e financeiro e a observância do inciso II do art. 20 da Lei Complementar nº. 101/2000.

§ 1º - No âmbito do Poder Executivo, as manifestações de que trata o “caput” deste artigo, são de competência da Secretaria Municipal de Administração, ratificadas pela Procuradoria Geral do Município.

§ 2º - Para atendimento do disposto no "caput" deste artigo, os projetos de lei serão sempre acompanhados de declaração do titular do órgão e do ordenador de despesa, com as premissas e metodologias de cálculo utilizadas, conforme estabelece os artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 40 - Fica autorizado ao Poder Executivo e Legislativo, através de leis e atos específicos, realizar concurso público, alterar a estrutura de carreiras, criarem cargos e funções, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, concederem vantagens e admitir pessoal aprovado em Concurso Público permanente ou em caráter temporário na forma da Lei, observado ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição e art. 16, 18, 19 da LRF, LC-101/2000, desde que:

- I – Existirem cargos e empregos públicos vagos autorizados a preencher;
- II - Houver prévia dotação orçamentária e financeira suficiente para o atendimento da despesa;
- III - Observar os limites de gastos com pessoal previsto no caput deste artigo;
- IV - Não haver necessidade de contingenciamento de despesa para viabilizar o equilíbrio orçamentário e financeiro.

Art. 41 - O Poder Executivo e o Legislativo devem controlar os gastos com pessoal e encargos sociais, tendo como base os limites previstos na elaboração de suas propostas orçamentárias, os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão salarial a serem concedidos aos servidores públicos municipais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, em conformidade com o disposto desta Lei.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 42 - O Chefe do Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal proposta de alteração na legislação tributária, com o objetivo de adequá-la à promoção do desenvolvimento socioeconômico, sendo os efeitos das alterações na legislação tributária serão considerados na estimativa da receita, especialmente os relacionados com:

I - Benefícios e incentivos fiscais;

II - Fiscalização e controle das renúncias fiscais condicionadas;

III - Medidas do Governo Federal, em especial as de política tributária;

IV - Tratamento tributário diferenciado à microempresa e à empresa de pequeno porte, bem como a outros contribuintes de micro e pequeno porte, inclusive as de caráter cooperativista e associativo, em especial as que têm origem em formas familiares de produção e consumo urbano e rural.

Art. 43 - A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira deverá estar acompanhada de estimativa do impacto nas finanças públicas estaduais, assim como das medidas de compensação previstas na legislação em vigor.

Art. 44 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária de 2018 deverão ser considerados os efeitos de propostas de alteração na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projetos de lei em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º - Se estimada a receita na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária será identificada à programação de despesa condicionada às alterações de que trata este artigo.

§ 2º - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam de forma a gerar receita menor que a estimada na Lei Orçamentária, as dotações correspondentes serão canceladas na mesma proporção da frustração da estimativa de receita, mediante decreto do Poder Executivo, até 31 de dezembro de 2018.

Art. 45 - As estimativas das receitas para a LOA – 2018 contemplará medidas de aperfeiçoamento com vista à expansão de sua base tributária e o conseqüentemente aumento das receitas próprias municipais.

§ 1º Os efeitos das alterações na Legislação Tributária para o aumento das receitas próprias municipais serão obtidos a partir de:

I – Atualização da Planta Genérica de valores do Município;

II – Revisão, atualização e adequação dos impostos: IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano; ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e o ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter vivos, constantes do Código Tributário Municipal;

III – Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da Zona Urbana e Rural municipais;

IV – Instituição e adequação de taxas pela utilização efetiva e/ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte e/ou postos a sua disposição pelo Poder Público Municipal;

V – Revisão e atualização de taxas municipais pelo exercício do Poder de Polícia Municipal;

VI – Revisão e definição de tomadas de decisão acerca das isenções dos tributos municipais.

Art. 46 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para sua cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita, para efeito do disposto no Art. 14 da Lei Complementar Nº 101/2000.

Art. 47 – O Executivo Municipal fica autorizado a conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, o Executivo apresentar estudos das medidas de compensação da renúncia de receita e seus impactos econômicos e sociais e os benefícios para população, conforme disposto no Art. 14 da Lei Complementar Nº 101/2000.

Art. 48 – O ato que conceder incentivo, isenção ou outro benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após a concretização das medidas compensatórias.

CAPÍTULO VII
DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
E À AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM
RECURSOS DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 49 – O Poder Executivo definirá as regras e normas de controle sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa pelos órgãos da administração pública municipal, tanto em relação ao Orçamento Fiscal quanto em relação ao Orçamento da Seguridade Social, cujas regras e normas serão estudadas e definidas através de ações conjuntas da Assessoria de Controle Interno com as Secretarias Municipais de Finanças, de Administração e de Planejamento pertencentes à gestão municipal.

Art. 50 – O monitoramento e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social têm caráter permanente e destinam-se à retroalimentação do plano de governo, considerando, também, que:

I – Para efeito do que dispõe este artigo, deverão ser fixados indicadores sócio econômicos, essenciais à medição objetiva da eficiência, eficácia e efetividade da ação do governo para o município;

II – Compete à Secretaria Municipal de Finanças monitorar a execução financeira dos programas das atividades meio e fins da Prefeitura alocados na LOA – 2018, bem como, aferir os resultados fiscais pretendidos através dos instrumentos de avaliação bimestral (RREO), quadrimestral (RGF) e outros exigidos pelo TCM, com base na Lei Complementar Nº 101/2000;

III – Compete à Secretaria Municipal de Planejamento monitorar as ações programáticas da LOA – 2018 e promover a análise dos impactos setoriais no município, que deverão refletir no crescimento e o desenvolvimento municipal, através da metodologia do planejamento estratégico;

IV – Compete à Secretaria Municipal de Administração promover a aplicabilidade das regras e normas estabelecidas nesta Lei, com a coparticipação da Coordenadoria do Controle Interno e da Procuradoria Geral do Município;

V – Compete ao Controle Interno acompanhar o cumprimento de metas, os programas e ações de governo estabelecidas nos instrumentos de planejamento PPA/LDO/LOA.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Seção II
Da Destinação de Recursos ao Setor Privado

Art. 51 - Em atendimento ao art.26 da LRF LC-101/2000, a destinação de recursos para setor privado para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender as condições estabelecidas nesta LDO e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais de 2018.

Art. 52 - Será vedada a destinação de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 1964, para entidades privadas, ressalvadas em lei especial às sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - De atendimento direto e gratuito ao público voltado para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II – Cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras;

III - Voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

IV – Signatárias de contrato de gestão com a administração pública municipal, não qualificada como organizações sociais nos termos da Lei no 9.637, de 15 de maio de 1998;

V – Consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem da execução de programas nacionais de saúde;

VI – Qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com Termo de Parceria firmado com o Poder Público, de acordo com a Lei no 9.790, de 1999, e que participem da execução de programas constantes do plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardarem conformidade com os objetivos sociais da entidade; ou

VII - qualificadas como instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica com contrato de gestão firmado com órgãos públicos.

Art. 53 – Com base no art.26 da LRF LC-101/2000 é vedada à destinação de recursos à entidade privada a título de contribuição corrente, ressalvada a autorizada em lei específica ou destinada à entidade sem fins lucrativos selecionada para execução, em parceria com a administração pública municipal, de programas e ações prioritários que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no plano plurianual.

Art. 54 - Sem prejuízo das disposições anteriores desta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos dependerá ainda de:

I - Publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II – Aplicação de recursos de capital exclusivamente para ampliação ou aquisição de equipamentos e sua instalação, e aquisição de material permanente;

III - Identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere; e



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

IV - Declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2018 por três autoridades locais, comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria nos últimos 5 anos e apresentar CND de regularidade fiscal federal, estadual e municipal.

Art. 55 - O Município fica facultado apoiar às instituições religiosas por ocasião da festa do padroeiro da cidade, eventos culturais, desportivas, lazer e associativas de produtoras rurais, por ocasião dos principais eventos de 2018, desde que observado as condições legais vigentes e prestado conta dos recursos concedidos e aplicados na finalidade predeterminada.

Art. 56 - As entidades privadas do artigo anterior beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas dos Municípios com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 57 - Dos recursos oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, instituída pela Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, serão destinados, percentual mínimo para programas de investimentos na infraestrutura de transportes, de responsabilidade do Município.

Art. 58 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada a suficiente disponibilidade e dotação orçamentária e financeira.

§ 1º - A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância deste artigo, atendendo às orientações previstas na legislação do TCM.

§ 2º - Será vedada a realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após o último dia útil do exercício, exceto para fins de apuração do resultado e encerramento do exercício.

Seção III
Das Transferências Voluntárias

Art. 59 - O Orçamento de 2018 disponibilizará dotação orçamentária para operacionalização dos convênios e contrapartidas de recursos próprios para execução orçamentária e financeira das ações de governo constantes dos programas de trabalho realizadas por meio de transferências voluntárias, conforme os critérios desta Lei e art. 25 da LC nº101/2000.

PARÁGRAFO ÚNICO. Para operacionalização dos convênios o Município deverá se encontrar em dia com os limites estabelecidos pela LRF, assim como, com as obrigações fiscais, trabalhista e previdenciária junto às instituições públicas para obtenção de certidões de regularidade fiscal, prestar conta de convênios anteriores juntos aos órgãos concedentes de recursos e aos Tribunais de Contas e informar ao Poder Legislativo, no prazo máximo de 30 dias a contar do recebimento dos recursos de convênios firmados.

Seção IV
Dos Empréstimos, Financiamentos, Refinanciamentos e Operações de Crédito.

Art. 60 – O Município fica autorizado a fazer empréstimos, financiamento, refinanciamento e operações de crédito, devendo observar para tanto o disposto nas



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Resoluções nº43/01 e 67/05 do Senado Federal, devidamente autorizado por lei especial e os ditames da LRF, LC-101/2000.

Seção V
Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 61 - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, com programas, projetos e atividades próprios.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os programas de saúde deverão constar em demonstrativo próprio e de acordo com a legislação do Ministério da Saúde e do Tribunal de Contas dos Municípios.

Art. 62 - A lei orçamentária incluirá os recursos necessários ao atendimento:

I - Dos encargos da seguridade social; e

II - da aplicação mínima de recursos próprios em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na legislação em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO. Para efeito do inciso II do *caput*, consideram-se como ações e serviços públicos de saúde a totalidade das dotações, os encargos previdenciários da Secretaria e Fundo de Saúde do Município e os serviços da dívida da saúde.

Seção V
Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 63 - O orçamento de investimento quando houver a participação do poder público, ou que o município vier constituir, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, que participe direta ou indiretamente, da maioria do capital social com direito a voto de empresas públicas obedecerão às normas de Leis vigentes.

§ 1º - Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária a que se refere este artigo com a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão considerados investimentos as despesas com aquisição do ativo imobilizado, excetuado as relativas à aquisição de bens para arrendamento mercantil.

§ 2º - A despesa será discriminada, segundo a classificação funcional, expressa por categoria de programação em seu menor nível, inclusive com as fontes previstas no § 3º deste artigo.

§ 3º - O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - decorrentes de participação acionária do Município, diretamente ou por intermédio de empresa controladora;

III - oriundos de transferências do Município, sob outras formas que não as compreendidas no inciso II deste parágrafo;

IV - oriundos de empréstimos da empresa controladora;

V - Oriundos da empresa controladora, não compreendidos naqueles referidos nos

VI - decorrentes de participação acionária de outras entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo Município;

VII - oriundos de operações de crédito externas;

VIII - oriundos de operações de crédito internas, exclusive as referidas no inciso IV deste parágrafo; e

IX - de outras origens.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

§ 4º - A programação dos investimentos à conta de recursos oriundos do orçamento fiscal e da seguridade social, inclusive, mediante participação acionária, observará o valor e a destinação constantes do orçamento original.

§ 5º - A mensagem que encaminhar o projeto de lei do orçamento de investimento será acompanhada de demonstrativo sintético, por empresa, do programa de dispêndios globais, informando a origem dos recursos, com o detalhamento mínimo e previsão da sua respectiva aplicação por elemento de despesa.

Seção VI
Das Disposições sobre a Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 64 - O Poder Executivo efetuará a limitação de empenho e as providências determinadas no art. 4º “b” e 9º da LRF LC101/2000, bem como, a determinação do montante de despesas que caberá a cada órgão, à exceção do Poder Legislativo Municipal, em cumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 1º - O montante da limitação a ser procedida por cada órgão referido no *caput* será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável total.

§ 2º - A base contingente corresponde ao total das dotações classificadas como despesas primárias aprovadas na lei orçamentária para 2018, são excluídas:

I - As despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município;

II - As demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme art. 9º, § 2º, da Lei Complementar n.º 101, de 2000;

III - As dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida pública.

Art. 65 - A execução da lei orçamentária e seus créditos adicionais obedecerão aos princípios constitucionais da Administração Pública, não podendo influenciar interesses particulares na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

Seção VII
Das Transferências de Recursos ao Poder Legislativo

Art. 66 - As transferências de recursos ao Poder Legislativo em 2018, conforme anexo desta Lei, terão como limite para efeito de elaboração da proposta orçamentária os cálculos baseados no art. 29-A da Constituição Federal, tendo em conta o último censo oficial ou a contagem da população divulgada pelo IBGE, e conforme a Emenda Constitucional nº 58/2009, com base no somatório da receita tributária e das transferências constitucionais previstas nesse mesmo artigo da CF/88, efetivamente realizadas no exercício anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO. As transferências de recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e financeiros consignados ao Poder Legislativo serão efetuadas até o dia 20 de cada mês sob a forma de duodécimos conforme estabelecido na Constituição Federal.

Seção VIII
Da Reserva de Contingência

Art. 67 - A Reserva de Contingência será constituída, exclusivamente, com recursos do orçamento fiscal, instituída pelo Decreto-Lei nº. 200/67 é caracterizada como dotação de caráter global, não podendo atender a um órgão, programa ou categoria econômica em particular e será utilizada na execução orçamentária como fonte de recursos para



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

cobertura de passivos contingentes ou outros riscos fiscais imprevistos, bem como para abertura de créditos adicionais, conforme art. 8º da Portaria Interministerial nº. 163/2001 será fixada o limite mínimo de 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL) do Orçamento Fiscal, devendo constar na Lei Orçamentária na forma a seguir:

I - Unidade orçamentária: código: 99;

II - Programa: código: 9999

III - Categoria de programação específica: código: 9999; e

IV - Natureza da despesa: código: 9.9.99.99.

Art. 68 - Os recursos da Reserva de Contingência não sendo utilizados até o dia 30 de novembro de 2018 poderão ser revertidos para outras dotações orçamentárias, mediante créditos adicionais suplementares, por anulações de dotações para outras finalidades.

Seção IX
Da Renúncia de Receitas

Art. 69 - Verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei Orçamentária, o Poder Executivo promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, estabelecendo as despesas, com os respectivos valores, que serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira, observando os seguintes critérios:

I - Comportamento dos recursos legalmente vinculados à finalidade específica;

II - Cumprimento dos limites dos gastos com pessoal e encargos sociais e serviço da dívida;

III - Conservação dos recursos das contrapartidas estaduais a convênios firmados;

IV. Garantia do cumprimento das despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado.

Art. 70 – Em obediência ao art. 14 da LRF LC-101/2000, o Chefe do poder Executivo deverá justificar e informar ao Legislativo as renúncias de receitas provenientes da concessão ou ampliação de incentivo, benefício, dispensa ou isenção fiscal, de natureza tributária, a qual deverá constar na estimativa da receita do orçamento e ser acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de 2018 e nos dois exercícios seguintes, e quando se tratar de desconto para pagamento antecipado do IPTU a isenção somente caberá à população de baixa renda e aos demais contribuintes o percentual máximo de desconto será de até 30%, para pagamento à vista, observado rigorosamente em cada caso a capacidade de pagamento do devedor.

PARÁGRAFO ÚNICO. Caberá também ao Presidente da Câmara Municipal e ordenadores de despesa de órgãos municipais, ao cumprimento ao disposto no caput deste artigo, no que tange a retenção e recolhimento obrigatório de todos os tributos, taxas e contribuições no âmbito de sua execução orçamentária e financeira.

Seção X
Das Diretrizes para o Orçamento da Educação

Art. 71 – No Orçamento de 2018, os recursos destinados ao ensino deverão constar em anexos e demonstrativos próprios, por Unidade Administrativa, Programas, Ações, Projetos e Atividades e destinar o percentual mínimo de 25% da receita de impostos em educação, consoante art. 212 da Constituição Federal, demais normas vigentes e a legislação do TCM, conforme previsto em anexo desta Lei, devendo as prestações de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

contas quadrimestrais serem aprovadas pelos conselhos competentes e remetidas em separado ao Tribunal de Contas dos Municípios.

Seção XI
Das Diretrizes para o Orçamento da Saúde

Art. 72 – No Orçamento de 2018, os recursos destinados à saúde deverão constar em anexos e demonstrativos próprios, por Unidade Administrativa, Programas, Ações, Projetos e Atividades e destinar o percentual mínimo de aplicação de 15% da receita municipal de imposto para saúde, consoante art. 30 e 196 da Constituição Federal, Emenda Constitucional nº 53/2006 e nº59/2009, Lei Federal nº 11.494/2007 e demais normas vigentes e a legislação do TCM, de acordo com os anexos desta Lei previstos para a Educação.

Seção XII
Das Disposições sobre os Débitos Judiciais

Art. 73 – Observado o artigo 100 da CF/88 e artigo 28, § 2º da LRF, à exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela fazenda municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta de créditos respectivos e serão incluídas na lei orçamentária de 2018 as ações próprias para os débitos judiciais e somente incluirá dotações para os precatórios que contenham certidão de processo transitado em julgado, com prioridade de pagamento, pela ordem de chegada e da mais antiga.

Art. 74 - Para fins de acompanhamento e controle orçamentário, os órgãos da Administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação de sua Assessoria Jurídica, antes do atendimento da requisição judicial observada as normas e orientações a serem apreciadas por esta unidade administrativa, observada a ordem cronológica e de prioridade estabelecida no artigo anterior.

Art. 75 – A Procuradoria Geral do Município efetuará o controle e acompanhamento dos débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, para serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária de 2018, a serem discriminados por órgão da administração direta ou indireta, quando for o caso, tendo preferência no pagamento os precatórios decorrentes de demandas trabalhistas, os mais antigos e de menor valor, devendo ser especificados com os seguintes dados:

- I - Número do ajuizamento da ação originária;
- II - Número do precatório;
- III - Tipo da causa julgada;
- IV - Data da autuação do precatório;
- V - Nome do beneficiário;
- VI - Valor do precatório a ser pago;
- VII - Data do trânsito em julgado.

Seção XIII
Das Diretrizes para Abertura de Créditos Adicionais Suplementares

Art. 76 – A LOA – 2018 deverá conter autorização para a abertura de Créditos Adicionais nas suas devidas modalidades Suplementares, conforme dispõe o Art. 7º, Inciso I e Art.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

40 a 46 da Lei Nº 4.320/1964, limitado ao percentual máximo de 60% (Sessenta por cento) do total das dotações orçamentárias a ser aprovado pelo Legislativo Municipal.

Art. 77 – As alterações da LOA – 2018 mediante a abertura de créditos suplementares serão autorizadas na Secretaria Municipal de Finanças através de DECRETO do chefe do Poder Executivo e por Ato próprio na Câmara Municipal, sendo que a abertura de créditos especiais não poderá prescindir da apreciação do Poder Legislativo Municipal, e os créditos Extraordinários, por sua vez, deverão obedecer aos trâmites previstos na Lei Nº 4.320/1964.

Art. 78 – Os projetos de leis e decretos de créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento completo estabelecido na lei orçamentária.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei e decretos relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.

§ 2º - Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária serão submetidos pelos dirigentes do órgão ao Prefeito Municipal, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos e respectivos subtítulos atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º - Até 30 dias após a assinatura dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos, assim como o Poder Legislativo também remeterá os seus atos ao Poder Executivo para consolidação, controle e apropriação, e a posterior remessa ao TCM, até 30 dias após a emissão para análise e cadastramento.

§ 4º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º - Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados à Câmara Municipal por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade por iniciativa do Poder Executivo.

§ 6º - Nos casos de créditos à conta de recursos e excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentados de acordo com a classificação respectiva.

Seção XIV
Das Diretrizes para Avaliação dos Programas de Governo

Art. 79 A avaliação dos programas de governo constantes do Plano Plurianual 2018/2021, e previsto para 2018, financiados com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Orçamento de Investimentos das Empresas, quando houver, tem caráter permanente e, é destinada ao aperfeiçoamento dos programas e do plano de governo.

§ 1º - Para efeito do que dispõe o "caput" deste artigo caberá à Secretaria de Planejamento e o Sistema de Controle Interno do Executivo, efetuar o acompanhamento, controle e monitoramento da execução orçamentária e Financeira dos programas e atualização das metas físicas, como ferramenta para o fornecimento de informações qualitativas e quantitativas dos programas de governo;

§ 2º - A avaliação dos Programas a que se refere o "caput" do artigo anterior será efetivada anualmente, compreendendo a avaliação de eficiência, eficácia e efetividade dos resultados dos Programas, conforme os indicadores de programas.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 80 – As despesas com publicidade de cada Poder municipal não poderá exceder a 1% (Um por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL) nas dotações orçamentárias da LOA – 2017, § 1º do Art. 19, da Lei Orgânica Municipal, cabendo neste caso algumas conceituações abaixo:

I – Entende-se por publicidade as ações de divulgação de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social. Assim, todo serviço de publicidade, deve ser objeto de dotação orçamentária específica, com a denominação “Despesa de Publicidade” de cada órgão do Poder Executivo ou Câmara Municipal;

II – A publicidade das leis e atos municipais será feito em órgão oficial, e, na impossibilidade, através de divulgações em locais públicos, para conhecimento dos interessados, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 101/2000.

Art. 81 – Os créditos adicionais, suplementares, especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo e de conformidade com a Lei Nº 4.320/1964 e Lei Complementar Nº 101/2000.

Art. 82 – O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e/ou Estadual através de seus órgãos da administração direta e indireta, para a realização de obras e/ou serviços de competência do município.

Art. 83 – A proposta orçamentária Municipal de 2018, de iniciativa do Executivo, deverá ser apresentada ao Poder Legislativo até o dia 30 de outubro de 2017 e conforme a Lei Orgânica Municipal, sendo que a Câmara encaminhará a sua proposta ao Executivo até 30 de setembro de 2017 para consolidações da LOA – 2018.

Art. 84 – As propostas de Emendas ao Projeto de Lei da LOA – 2018 além de atenderem aos dispostos da Lei Orgânica Municipal, devem ter seus custos compatíveis com o objeto das proposições formuladas.

Art. 85 – O Projeto de Lei Orçamentária 2018 deverá ser devolvido para sanção até o final da sessão legislativa corrente, em 15 de dezembro de 2017, e conforme a Lei Orgânica Municipal de TAILÂNDIA, sendo:

I – Na hipótese da Lei Orçamentária Anual não ser sancionada até o dia 31 de dezembro de 2017, fica autorizada a execução da despesa da proposta orçamentária originalmente encaminhada à Câmara de Vereadores, sendo as dotações orçamentárias liberadas mensalmente, obedecendo aos seguintes limites:

a) No montante necessário para a cobertura das despesas com pessoal e seus encargos sociais, o serviço da dívida e demais despesas de caráter continuado;

b) Para as demais despesas até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) da proposta original remetida ao Legislativo, a cada mês, enquanto a respectiva Lei não for promulgada;

c) Os saldos negativos, apurados eventualmente, em virtude dos procedimentos citados nas alíneas “a” e “b” serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária, com base na Lei Nº 4.320/1964.

Art. 86 – Fica o Poder Executivo autorizado a parcelar os débitos, administrativamente reconhecidos em 2018, de exercícios anteriores, dos Poderes e Órgãos da administração



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

direta e indireta municipal, de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas e o controle sobre gastos em geral.

Art. 87 - O Orçamento de 2018 poderá ter seus valores correntes atualizados a partir de setembro/2017, com base no IGPM, ou outro índice que vier a ser substituído pelo Governo Federal.

Art. 88 – Em cumprimento ao Regimento Interno do TCM e a Lei Complementar Federal LC-101/2000, os Chefes do Poder Executivo e Legislativo ficam determinados encaminhar as prestações de contas aos órgãos competentes no devido prazo legal e de acordo com a Lei nº. 10.028/2000, a fazer, publicar e encaminhar cópia ao Legislativo e ao Tribunal de Contas os Relatórios Resumidos e de Gestão Fiscal, obrigatório, conforme estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 89 - Fica o Poder Executivo autorizado a encaminhar à Câmara Municipal, projetos de lei que visem ajustar, adequar ou compatibilizar os programas de trabalho, projetos ou investimento previstos nesta Lei com o Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Municipal, e vice-versa, ficando autorizado também a incluir no orçamento de 2018, os programas, projeto e atividade ou ações e elementos despesas necessários ao planejamento em virtude de obrigações constitucional e legal.

Art. 90 - Integram a esta Lei, os Anexos e demonstrativos previstos nos §§ 1º e 2º do artigo 4º da Lei Complementar nº101/2000, de 04 de maio de 2000 e os programas de trabalho, projeto/atividades e ações de governo, incluídos no PPA de 2018-2021.

Art. 91 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos orçamentários e financeiros no exercício de 2018.

Gabinete do Prefeito de Tailândia, em 05 de julho de 2017.

PAULO LIBERTE JASPER
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
ANEXO

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2018

1. Metas, Prioridades, Programas, Ações de Governo, Projetos e Atividades por Poder, Órgãos e Unidades Administrativas/Secretárias

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL				
I – PODER LEGISLATIVO				
ORD	COD	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	SIGLA	2018
10	1001	CÂMARA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA	CMT	
II - PODER EXECUTIVO				
11	1101	GABINETE DO PREFEITO	GAB	
12	1201	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SEMAD	
13	1301	SECRETARIA DE FINANÇAS	SEFIN	
14	1401	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	SEPLAD	
15	1501	SECRETARIA DE AGRICULTURA	SEMAPPA	
16	1601	SECRETARIA DE CULTURA	SECJELT	
	1602	DIRETORIA DE JUVENTUDE	SECJELT	
	1603	DIRETORIA DE ESPORTE	SECJELT	
	1604	DIRETORIA DE LAZER	SECJELT	
	1605	DIRETORIA DE TURISMO	SECJELT	
17	1701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO	SEMOB	
18	1801	SECRETARIA DE TRANSPORTE	SETRANS	
	1802	DEMUTRAN		
19	1901	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	SECTMA	
20	2001	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	PROCUR	
21	2101	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FMS	
22	2201	SECRETARIA DE SAUDE SAÚDE	SESMA	
23	2301	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	FME	
24	2401	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SEMED	
25	2501	FUNDO DE EDUCAÇÃO BASICA	FUNDEB	
26	2501	FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	FMAS	
27	2701	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEMAS	
TOTAL				

I – PODER LEGISLATIVO

10 – ÓRGÃO/UG: 1001/CÂMARA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA

CÓDIGO/PROGRAMA: LEGISLATIVA	Produto	Unidade de Medida	Meta
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades			Física 2018
Manutenção das Atividades da Câmara Municipal/CMI	Atividades	%	100



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Controle Interno	Atividades	%	100
Encargos com Publicidade do Legislativo	Atividades	%RCL	1

II – PODER EXECUTIVO

11 – CÓDIGO/UG: 1101/GABINETE DO PREFEITO – GAB

CÓDIGO/PROGRAMA: EXECUTIVO	Produto	Unidade de Medida	Meta
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades			Física
			2018
Manutenção do Gabinete da Prefeita – GAB	Atividade	%	100
Manutenção do Gabinete da Vice Prefeito – GAB	Atividade	%	100
Encargos com Publicidades do Executivo Municipal	Atividade	%RCL	1
Manutenção das atividades do Controle Interno do Executivo Municipal	Atividade	%	100

12 – ÓRGÃO/UG: 1201-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD

CÓDIGO/PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO	Produto	Unidade de Medida	Meta
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades			Física
			2018
Manutenção da Sec. Municipal de Administração	Atividade	%	100
Contribuições a associações representativas dos municípios	Atividade	%	100
Reorganização e Modernização Informática da SEMAD	Atividade	%	100
Capacitação e treinamento de servidores municipais	Atividade	%	100

13 – ÓRGÃO/UG: 1301/ SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – SEFIN

CÓDIGO/PROGRAMA: FINANÇAS	Produto	Unidade de Medida	Meta
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades			Física
			2018



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Manutenção da Sec. Mun. de Finanças	Atividade	%	100
Pagamento de Precatórios Judiciais	Atividade	%	100
Amortização da dívida contratada/INSS	Atividade	%	100
Amortização da dívida contratada/PASEP	Atividade	%	100
Contribuição ao PASEP	Atividade	% Rec.	1
Reserva de contingência	Atividade	% RCL	1

14 – ORGÃO/UG: 1401 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO – SEPLAD

CÓDIGO/PROGRAMA: PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	Produto	Unidade de Medida	Meta Física 2018
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades			
Manutenção da secretaria municipal de planejamento	Atividade	%	100
Qualificação da Equipe Técnica	Atividade	%	100
Contribuições a associações representativas dos municípios	Atividade	%	100
Reorganização e Modernização Informática da SEMAD	Atividade	%	100
Capacitação e treinamento de servidores municipais	Atividade	%	100

15 – ORGÃO/UG: 1501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA – SEMAPPA

CÓDIGO/PROGRAMA: AGRICULTURA	Produto	Unidade de Medida	Meta Física 2018
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades			
Manutenção da secretaria municipal de agricultura	Atividade	%	100
Qualificação da Equipe Técnica	Atividade	%	100
Implantação de Hortos	Atividade	%	100
Apoio ao pequeno produtor rural	Atividade	%	100
Aquisição de Patrulha Mecanizada e de Máquinas e Implementos agrícolas	Maq.e Eq.Agr	Unidade	1



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Apoio a produção de Piscicultura, cultura do dendê, eucalipto, soja e grãos	Atividade	%	100
---	-----------	---	-----

16 – ÓRGÃO/UG: 1601/SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTO, LAZER E TURISMO – SECJELT

CÓDIGO/PROGRAMA: CULTURA	Produto	Unidade de Medida	Meta
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades			Física
			2018
Manutenção da secretaria municipal de Juventude, Desporto e Lazer	Atividade	%	100
Apoio ao esporte amador	Atividade	%	100
Construção/Reforma de estádio municipal	Obras	Unidade	1
Construção de arenas esportivas	Obras	Unidade	1
Construção/Reforma do Ginásio de Esporte	Obras	Unidade	1
Construção e Restauração de quadras de esportivas	Obras	Unidade	2
Criação e Implantação da Escola de Futebol	Atividade	%	100

17 – ÓRGÃO/UG: 1701/SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO – SEMOB

CÓDIGO/PROGRAMA: INFRA-ESTRUTURA URBANA E RURAL	Produto	Unidade de Medida	Meta
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades			Física
			2018
Manutenção da Sec. Municipal de Obras e urbanismo	Atividade	%	100
Aquisição de Maquina, veículos e Equipamentos	Maquinas e Equipamentos	Unidades	010
Implantação, Ampliação e construção de Micros sistemas de Abastecimento de Agua	Abastecimento de Agua	Unidades	120
Construção, Ampliação e Reforma de Canais	Orlas	Unidade	1



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Construção e Ampliação e Reforma de Pontes,	Pontes	Unidades	50
Construção De Unidades Habitacionais	Casas	unidades	200
Eletrificação urbana e rural	Rede elétrica	Km	50
Restauração, recuperação e ampliação de prédios públicos	Prédios	Unidade	2
Pavimentação e reestruturação de vias urbanas e rurais	Vias pavimentada	Km	20
Construção, reforma e ampliação de praças públicas	Agrovilas	Unidade	2
Reforma, Construção e ampliação de Ramais, estradas e vicinais	Obra	metros	100

18 – ÓRGÃO/UG: 1801/SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE– SETRANS

CÓDIGO/PROGRAMA: TRANSPORTE	Produto	Unidade de Medida	Meta
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades			Física
			2018
Manutenção da Secretaria de transporte	Atividade	%	100
Aquisição de Equipamentos e veículos para transporte	Equipamentos	Unidade	10
Apoio a Capacitação do Demutran e Guardas Municipais	Atividade	%	100

19 – ÓRGÃO/UG: 1901/SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SECTMA

CÓDIGO/PROGRAMA: MEIO AMBIENTE	Produto	Unidade de Medida	Meta
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades			Física
			2018
Manutenção da Secretaria municipal de Meio Ambiente	Atividade	%	100
Projeto de Educação ambiental	Atividade	%	100
Monitoramento das emergências ambientais	Atividade	%	100
Construção da usina de Lixo Hospitalar	Obra	Um	1
Construção de Estação Reciclagem e Tratamento de Lixo	Atividade	%	100



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Domiciliar			
Aquisição de Lanchas para fiscalizar as áreas costeiras	Atividade	%	100
Reflorestamento de Áreas Degradadas ambientais	Atividade	%	100

20 – ÓRGÃO/UG: 2001/PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CÓDIGO/PROGRAMA: PROCURADORIA	Produto	Unidade de Medida	Meta Física 2018
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades			
Manutenção da Procuradoria Geral do Município	Atividade	%	100

21 – ÓRGÃO/UG: 2101/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓDIGO/PROGRAMA: SAUDE	Produto	Unidade de Medida	Meta Física 2018
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades			
Manutenção do Programa da saúde bucal /PSB	Atividade	%	100
Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	Programa	%	100
Manutenção do programa de agentes comunitários de saúde/PACS	Programa	%	100
Manutenção do programa saúde da família/PSF	Programa	%	100
Manutenção da Rede Municipal Saúde Mental	Programa	%	100
Aquisição de equipamentos ou instrumentos odontológicos	Atividade	%	100
Implantação e Manutenção Centro de Atenção Psicossocial – CAPS	Programa	%	100
Manutenção da Media e Alta Complexidade	Atividade	%	100
Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ/RAB-PMAQ	Programa	%	100
Aquisição de ambulância	Veíc. Amb	Unidade	5
Aquisição de medicamentos/Farmácia Básica	Atividade	%	100
Desenvolvimento do Programa de vigilância sanitária	Programa	%	100



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Desenvolvimento do Programa de vigilância epidemiológica	Programa	%	100
Programa de atenção básica/PAB	Programa	%	100
Manutenção programa de vigilância sanitária	Programa	%	100
Manutenção ao Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF	Programa	%	100
Manutenção do programa de saúde/FARMÁCIA BÁSICA	Programa	%	100
Construção, reforma, ampliação, e aparelhamento de postos de saúde.	Obra	Unidade	5
Manutenção do TDF	Programa	%	100
Manutenção da REDE BRASIL SEM MISERIA	Programa	%	100
Programa de Construção de UBS	Programa	%	100
Programa de Requalificação de UBS – Reforma e equipamentos	Programa	%	100
Programa de Requalificação de UBS – Ampliação	Programa	%	100
Construção da UPA	Obra	Unidade	2
Construção/Reforma do Hospital	Obra	Unidade	3

22 – ÓRGÃO/UG: 2201/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

CÓDIGO/PROGRAMA: SAUDE	Produto	Unidade de Medida	Meta
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades			Física 2018
Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde	Atividade	%	100

23 – ÓRGÃO/UG: 2301/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO/PROGRAMA: EDUCAÇÃO	Produto	Unidade de Medida	Meta
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades			Física 2018



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Manutenção das atividades do FUNDO MUN DE EDUCAÇÃO	Atividade	%	100
Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE	Atividade	%	100
Construção e ampliação de Creches	obras	Unid	3
Manutenção do Salário Educação	Atividade	%	100
Manutenção do Programa Nacional de Dinheiro Direto na Escola/PDDE	Atividade	%	100
Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Escolares	Obra	unidade	5
Construção, Reforma e Ampliação de Escolas Profissionalizantes	Obra	unidade	1
Aquisição de kit escolares	Atividade	unid	300
Apoio Logístico dos Cursinhos Populares	Atividade	%	100
Adequação das escolas com vista a acessibilidade	obras	Unid	1
Manutenção do Programa de Transporte Escolar	Atividade	%	100
Construção, ampliação e reforma e aparelhamento do Laboratório de Informática	Atividade	%	100
Programa Saúde na Escola	Atividade	%	100
Manutenção dos Conselhos da Área de Educação	Atividade	%	100
Apoio logístico dos Alunos Universitários	Atividade	%	100
Construção de Quadras Poliesportivas e Ginásios nas Escolas	Obras	unidade	3
Construção de Brinquedotecas	Obras	unidade	3

24 – ÓRGÃO/UG: 2401 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

CÓDIGO/PROGRAMA: EDUCAÇÃO	Produto	Unidade de Medida	Meta
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades			Física 2018
Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação	Atividade	%	100
Reforma e Ampliação do Prédio da Secretaria Municipal de Educação	OBRA	unidade	1



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Manutenção do CAE -	Atividade	%	100
---------------------	-----------	---	-----

25 – ÓRGÃO/UG: 2501 - FUNDO DE EDUCAÇÃO BASICA

CÓDIGO/PROGRAMA: EDUCAÇÃO	Produto	Unidade de Medida	Meta
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades			Física
			2018
Remuneração 60% infantil	Atividade	%	100
Remuneração 60% fundamental	Atividade	%	100
Remuneração 60% jovens e adultos	Atividade	%	100
Remuneração 60% especial	Atividade	%	100
Remuneração 60% municipalizados	Atividade	%	100
Remuneração 40% infantil	Atividade	%	100
Remuneração 40% fundamental	Atividade	%	100
Remuneração 40% jovens e adultos	Atividade	%	100
Remuneração 40% especial	Atividade	%	100
Remuneração 40% municipalizados	Atividade	%	100
Construção, ampliação e Reforma de unidades escolares	Obra	unidade	10
Aquisição de Transporte marítimo e terrestre	Veiculo	unidade	2
Manutenção da Atividade Meio do FUNDEB	Atividade	%	100
Manutenção do Transporte escolar	Atividade	%	100
Capacitação dos Professores do FUNDEB	Atividade	%	100
Amortização da Dívida com IASEP & IGREPREV	Atividade	%	100

26 – ÓRGÃO/UG: 2601/FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

CÓDIGO/PROGRAMA: ASSISTENCIA			Meta
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades	Produto	Unidade de Medida	Física
			2018
Manutenção das atividades do Fundo Municipal de assistência social – FMAS	Atividade	%	100
Aquisição de veículos para Assistência social	Atividade	%	100
Desenvolvimento do Programa de assistência ao idoso/API	Programa	%	100
Programa de Apoio a Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais – PAP	Programa	%	100
Programa de desenvolvimento e assistência à criança e ao adolescente	Programa	%	100
Manutenção das ações do conselho tutelar	Atividade	%	100
Programa de atenção integral e assistência às famílias carentes/PAIF	Programa	%	100
Desenvolvimento das atividades de CRAS	Programa	%	100
Programa serviço de ação continuada – SAC	Programa	%	100
Programa Benefícios de Prestação Continuada – PBPC	Programa	%	100
Manutenção das atividades do conselho de assistência social	Atividade	%	100
Programa de erradicação do trabalho infantil/PETI	Programa	%	100
Programa bolsa família/PBF	Programa	%	100
Programa Pro jovem	Programa	%	100
Programa PAC	Programa	%	100
Programa Benefícios Eventuais	Programa	%	100
Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Programa	%	100
Apoio ao Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC	Programa	%	100
Construção do CRAS	Obra	unidade	1



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Construção do Conviver do Idoso	Obra	unidade	1
Aquisição de veículos			

27 – ÓRGÃO/UG: 2701 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CÓDIGO/PROGRAMA: ASSISTENCIA SOCIAL	Produto	Unidade de Medida	Meta
AÇÕES/Programa, Projetos e Atividades			Física
Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de assistência social	Atividade	%	100

2. Anexo de Indicadores Econômico-Financeiros e Parâmetros de Previsão da Receita

Anexo 2.1 Anexo dos Indicadores Econômicos (Projeções 2018-2021)					
ESPECIFICAÇÕES	ÍNDICES	ANOS			
		2018 (%)	2019(%)	2020/(%)	2021 (%)
I - Para estimativa das Receitas a) Tributária, Transferências Intergovernamentais e Vinculadas	IGP-M (Médio projetado)	6,0	6,0	6,0	6,0
	PIB (Médio projetado)	1,0	1,0	1,0	1,0
	Esforço de Arrecadação	3,0	3,0	3,0	3,0
	TOTAL	10,00	10,00	10,00	10,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

II -Para fixação da Despesa					
a) Pessoal	IPCA/Média projetada	4,00	4,00	4,00	4,00
b) Dívida Pública Municipal (1)	Valor do Salário Mínimo (Projeção)	1.000,00	1.100,00	1.250,00	1.380,00
c) Débitos Precatórios	Taxa Selic (Bacen)	10,50	10,50	10,50	10,50
d) Demais Despesas:	IGP-M/Projeção	6,5	6,5	6,5	6,5
1-Obras					
2-Contratos de Prestação de Serviço de Natureza Continuada (2)	Dólar/médio INPC (IBGE)	3,00	3,30	3,40	3,30
3-Energia, Combustível e Água					
4-Telefonia					
5-Outros Itens de Despesa (3)	Demais indicadores	5,00	5,00	5,00	5,00
6-Educação/FUNDEB/Valor-aluno					
7-Saúde					

1 – Projetada com base nos indicadores que norteiam as cláusulas contratuais.

2 – Caso não haja definição de percentual utilizar o INPC.

3 – Atualização seletiva conforme o caso.

Anexo 2.2 - PROJEÇÃO DAS RECEITAS COM BASE NOS INDICADORES

I

INDICADORES (MÉDIA DO PERÍODO)

INDICADORES	2018	2019	2020	2021
PIB %	1,0	1,0	1,0	1,0
IGPM %	6,0	6,0	6,0	6,0
Esforço Arrecadação %	3,0	3,0	3,0	3,0
% Total	10,0	10,0	10,0	10,0
RECEITA PREVISTA				



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

3. Anexo de Previsão da Receita por Categoria Econômica, Receita, Corrente Líquida – RCL, Evolução da Receita e Despesa e Receita e Despesas Institucional por (Órgãos, Unidades Gestoras Administrativas e Secretárias

ANEXO 3.1 - PREVISAO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONOMICA

Exercício	2014	2015	2016	2017
Receitas Correntes			125.678.773,57	
Receitas de Capital			16.210,044,78	
				141.888.818,35

Os exercícios anteriores não temos informação, pois a antiga gestão não disponibilizou nenhum documento

Anexo 3.2 - ART 2º - IV - LRF - ESTIMATIVA DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL - R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	PREVISTA	REALIZADA	
		2016	2015
I- RECEITA CORRENTE	135.679.682,11		
II - DEDUÇÕES (FUNDEB)	10.000.908,54		
RECEITA CORRENTE –RCL	125.678.773,57		

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018
I - RECEITAS					
Correntes				125.678.773,57	
Capital				16.210.044,78	
TOTAL I - RECEITAS	0	0	0	141.888.818,35	0
II - DESPESAS					
Correntes				109.910.280,57	
Capital				28.471.815,64	
Reserva contingencia				3.506.722,14	
TOTAL II - DESPESAS	0	0	0	141.888.818,35	0



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Anexo 3.4 - Art. 4º § 1º LRF - ANEXO METAS FISCAIS DE DESPESA POR PODER, UG E SECRETARIAS

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

I - PODER LEGISLATIVO

ORD	COD	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	SIGLA	2018
10	1001	CÂMARA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA	CMT	

II - PODER EXECUTIVO

11	1101	GABINETE DO PREFEITO	GAB	
12	1201	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SEMAD	
13	1301	SECRETARIA DE FINANÇAS	SEFIN	
14	1401	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	SEPLAD	
15	1501	SECRETARIA DE AGRICULTURA	SEMAPPA	
16	1601	SECRETARIA DE CULTURA	SECJELT	
	1602	DIRETORIA DE JUVENTUDE	SECJELT	
	1603	DIRETORIA DE ESPORTE	SECJELT	
	1604	DIRETORIA DE LAZER	SECJELT	
	1605	DIRETORIA DE TURISMO	SECJELT	
17	1701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO	SEMOB	
18	1801	SECRETARIA DE TRANSPORTE	SETRANS	
	1802	DEMUTRAN		
19	1901	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	SECTMA	
20	2001	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	PROCUR	
21	2101	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FMS	
22	2201	SECRETARIA DE SAUDE SAUDE	SESMA	
23	2301	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	FME	
24	2401	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SEMED	
25	2501	FUNDO DE EDUCAÇÃO BASICA	FUNDEB	
26	2501	FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	FMAS	
27	2701	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	SEMAS	

TOTAL



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

4. Anexo de Metas Fiscais, Receita, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública, Memória, Metodologia de Cálculo por Poder, Órgãos, UG e Secretarias

4. ANEXOS DE METAS FISCAIS

As metas fiscais do Município de TAILÂNDIA contidas nesta LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ANO – 2018, com extensão aos exercícios subsequentes, tem respaldo na perspectiva de crescimento da economia local que viabilizará a melhoria da arrecadação municipal.

No citado período foram lançadas usando-se como referência básica os indicadores econômicos e financeiros para suas projeções de modo que o equilíbrio fiscal da LOA - 2018 sejam completamente restabelecidas e alie-se à perspectiva do crescimento estadual, estimado ao redor de uma taxa incremental de 10% ao ano.

Baseados nos indicadores acima foram aceitos como ponto de partida, os resultados das receitas obtidas do Balanço Geral e do Orçamento Municipal de 2017, e que servirão de alicerce para as projeções dos exercícios seguintes, aplicando-se a este, um índice de projeção constituído pela média do IGP–M, a estimativa do PIB e o Esforço de Arrecadação da Máquina Administrativa Municipal para o período. Tal aplicação levou em conta uma elasticidade unitária para todas as fontes de receitas dos recursos orçamentários da Prefeitura Municipal, sem considerar, evidentemente, possíveis fontes responsáveis pelas transferências voluntárias da União e/ou do Estado para o Município, em especial, aquelas provenientes de projetos e programas especiais a ser obtidos através do Governo Estadual e Federal.

Assim, no exercício de 2018 e subsequentes, o município programará mecanismos administrativos capazes de arrefecer a economia local para afinar aos limites e regras determinadas pela Lei Complementar Nº. 101/2000 cujas memórias e estimativas de cálculo estão apresentadas nos anexos deste Projeto de Lei da LDO-2018, conforme pode ser observado no anexo abaixo.

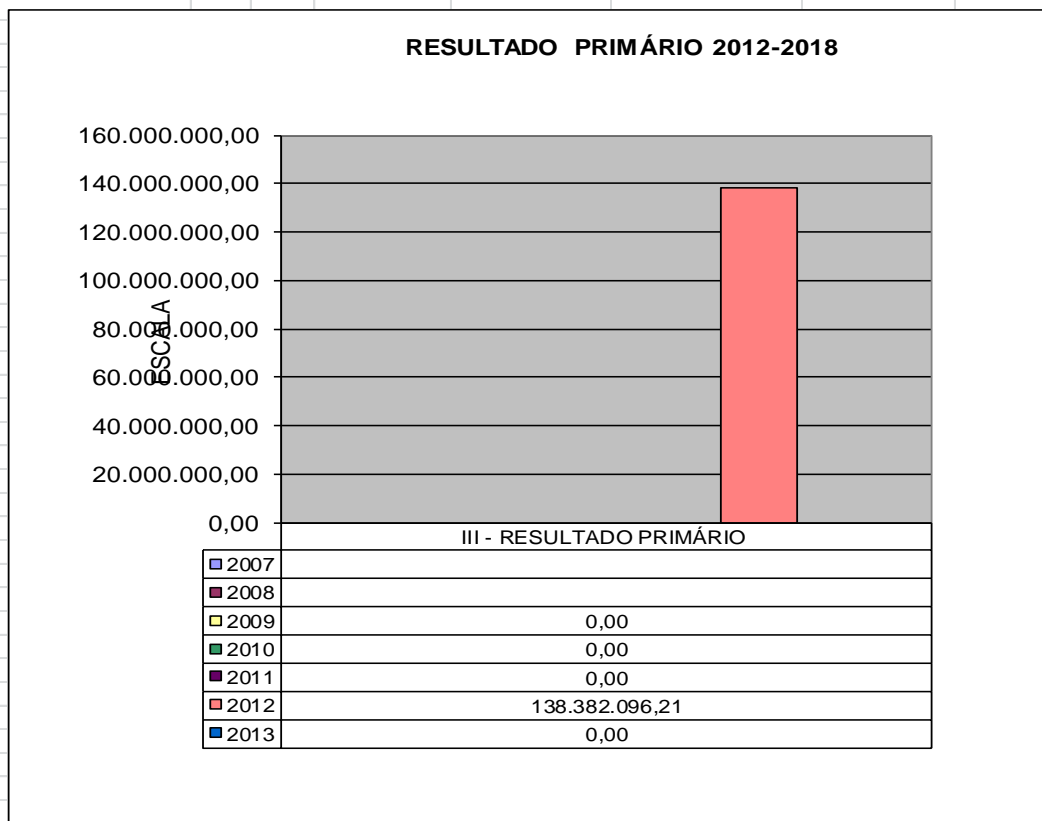
Por outro lado, a partir de 2018 haverá também a grande expectativa do Município de Tailândia melhorar sua arrecadação e conseqüente o favorecimento do crescimento da economia local em função da implantação de projetos de investimentos estadual e



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

federal, apoio logístico na produção de grãos e oleaginoso e incentivo a Agricultura e Pecuária onde será mais valorizado a bacia leiteira

I - RECEITAS FISCAIS							
I.1- Receitas Correntes						125.678.773,57	125.678.773,57
I.2- Receitas de Capital						16.210.044,78	0,00
TOTAL I			0,00	0,00	0,00	141.888.818,35	141.888.818,35
II - DESPESAS FISCAIS							
II.1 - Despesas Correntes						109.910.280,57	0,00
(-) Juro e Encargos da Dívida					0,00	0,00	0,00
II.2 - Despesas de Capital						28.471.815,64	0,00
(-) Amortização de Capital					0,00	0,00	0,00
(-) Concessão de Empréstimos							
(-) Aquis. Títulos de Cap. já Integralizado							
TOTAL II			0,00	0,00	0,00	3.506.722,14	3.506.722,14
III - RESULTADO PRIMÁRIO			0,00	0,00	0,00	138.382.096,21	0,00
IV - RESULTADO NOMINAL			0,00	0,00	0,00	138.382.096,21	0,00
DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL							
(INSS/PASEP)						15.000.000,00	13.000.000,00
MONTANTE DA DÍV. PÚBL. MUNICIPAL			0,00	0,00	0,00	15.000.000,00	28.000.000,00



ota: Valores constantes a preços IGP-M/2011 estimado em 6%.



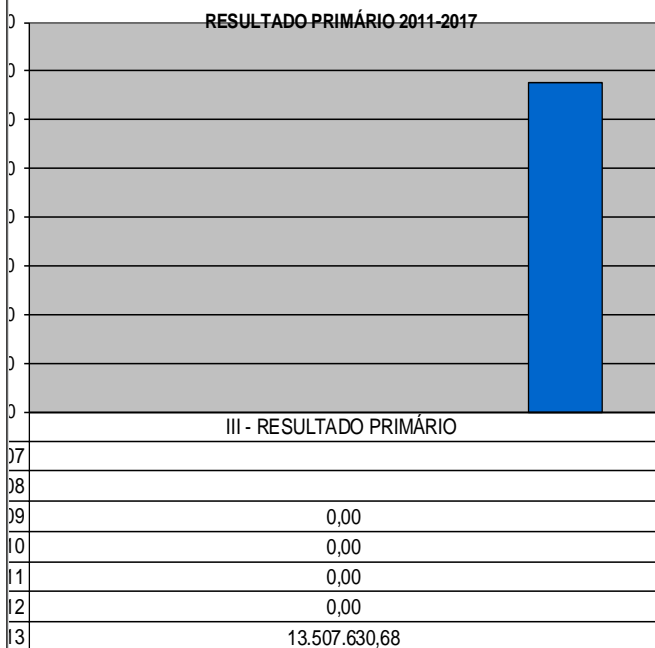
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Anexo 4.3 – ANEXO DA MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

1. Metodologia de Cálculo

1 – No exercício previsto para a LDO/2017 e no exercício seguinte 2018 a metodologia adotada baseou-se o parâmetro constante da tabela de indicadores econômicos a preços correntes e acrescidos do IGP-M referente a preços constantes.

Exercícios ANTERIORES			Exercícios SEGUINTES								TOTAL
2011	2012	2013	IGPM %	2014	IGPM %	2015	IGPM %	2016	IGPM %	2017	
			6%		6%		6%		6%	135.679.682,11	135.679.682,11
			6%		6%		6%		6%	16.210.044,78	16.210.044,78
		0,00	6%	0,00	6%	0,00	6%	0,00	6%	151.889.726,89	151.889.726,89
			6%		6%		6%		6%	109.910.280,57	109.910.280,57
			6%		6%	0,00	6%	0,00	6%	0,00	0,00
			6%		6%		6%		6%	28.471.815,64	28.471.815,64
			6%		6%	0,00	6%	0,00	6%	0,00	0,00
		0,00	6%	0,00	6%	0,00	6%	0,00	6%	138.382.096,21	138.382.096,21
		0,00	6%	0,00	6%	0,00	6%	0,00	6%	13.507.630,68	13.507.630,68
		0,00	6%	0,00	6%	0,00	6%	0,00	6%	13.507.630,68	13.507.630,68
		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00
		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00
										15.000.000,00	15.000.000,00
				0,00		0,00		0,00		15.000.000,00	15.000.000,00



2. Memória de Cálculo

2 – Para chegar aos resultados pretendidos no exercício de 2018 foi adotada o parâmetro constante da tabela de indicadores econômicos a preços correntes e acrescidos do IGP-M referente a preços constantes.



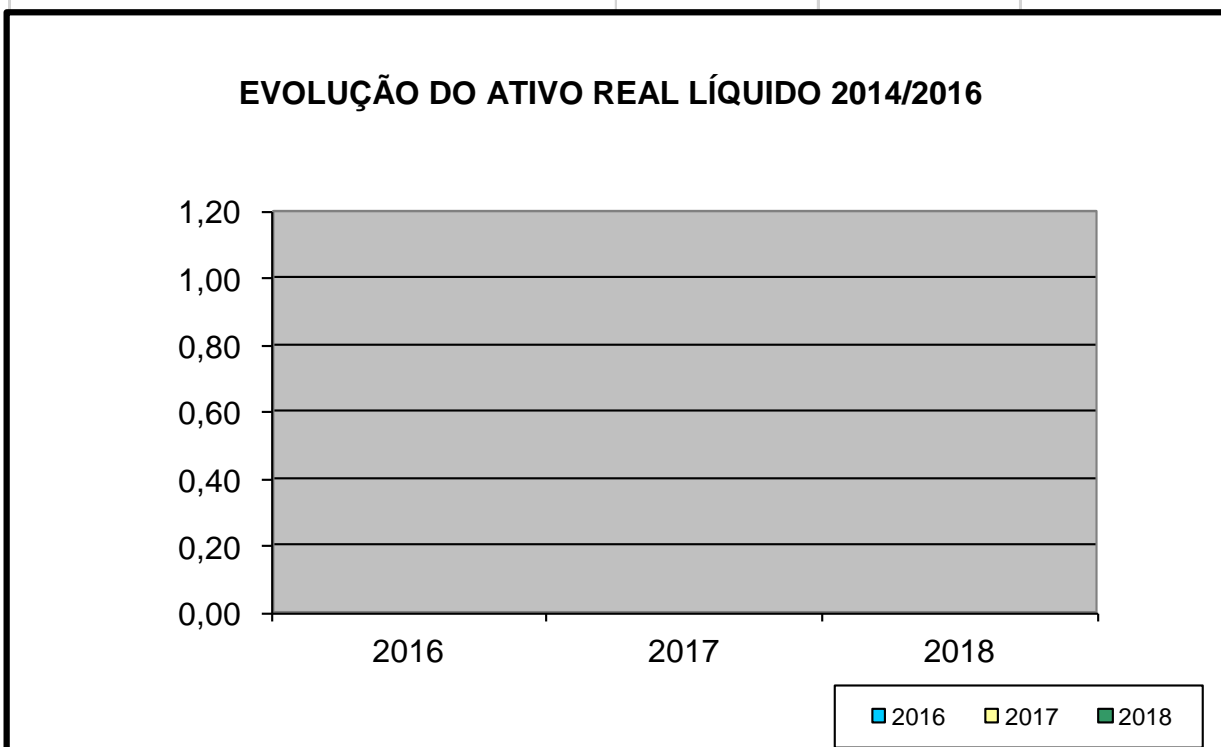
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

5. Anexo de Evolução do Patrimônio Líquido

Anexo 5.1 – ANEXO EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso III da Lei Complementar nº 101/2000).			R\$ 1,00
	201	201	201
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Ativo Real Líquido)			
RESERVA			
TOTA	0,0	0,0	0,0

Anexo 5.2 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
ESPECIFICAÇÃO DO BEM	ALIENAÇÃO	APLICAÇÃO	DIFERENÇA
SEM			0,0
			0,0
TOTA	0,0	0,0	0,0

SEM



NOTA EXPLICATIVA:

Não houve informações da outra gestão



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

6. Anexo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita e da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Anexo 6.1 – ART. 4º, § 2º -V – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA E DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019
I - PREVISÃO DO AUMENTO DA ARRECADAÇÃO COM O INCENTIVO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS:			
75.000	100.000	100.000	
1 – IPTU	40.000	50.000	50.000
2 – ISS	10.000	10.000	10.000
3 – DEMAIS TRIBUTOS	125.000	160.000	160.000
TOTAL I			
II – ESTIMATIVA DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO			
(+) PREVISÃO DO AUMENTO DA ARRECADAÇÃO	75.000	160.000	160.000
(-) RENÚNCIA DE RECEITA	50.000	60.000	60.000
III - (=) MARGEM LÍQUIDA PREVISTA IGUAL AO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITA/DESPESA	25.000	100.000	100.000
IV – INFORMAÇÕES/DECLARAÇÃO:			
<p>1 – Tratam-se da renúncia de receita prevista no Art. 14 da LRF, a qual foi considerada na estimativa da receita que esta LDO prevê para LOA em 2018, referente à dispensa, descontos ou isenções de impostos e taxas, a exemplo do IPTU, ISS e outros Tributos da arrecadação própria, os quais se reverterão na forma de benefícios sociais ou referente às despesas a serem compensadas com o aumento de receita proveniente de elevação de alíquotas, modificação na base de cálculo ou majoração ou criação de tributos, aliada ao incentivo e a intensificação da fiscalização de tributos para evitar a evasão ou sonegação fiscal.</p> <p>2 – As despesas de caráter continuado decorrerão dos novos projetos de investimentos cujo impacto financeiro foram também consideradas na estimativa das despesas para LOA de 2018 e que serão compensados com o aumento da arrecadação prevista em decorrência das ações administrativas e das políticas fiscal implementadas nesse período de governo as quais não afetarão o resultado esperado de arrecadação e das metas fiscais referente ao exercício de 2017.</p> <p>3 – O Governo atual pretende aumentar a arrecadação própria, conforme recomenda a LRF, adotando medidas de gestão e planejamento tributário com vistas ao devido equilíbrio fiscal do município.</p>			



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

4 – O objetivo final de tudo será o benefício social da comunidade e o equilíbrio fiscal no período de governo.

5 – O município não vinha arrecadando regularmente o IPTU em exercícios anteriores;

6 – Este Governo pretende aumentar a arrecadação, conforme recomenda a LRF, adotando medidas de gestão implementando o planejamento tributário e o devido equilíbrio fiscal do município.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Anexo 6.2 – ART. 4º, § 2º -V - ANEXO DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA			
EVENTO	2015	2016	2017
I – IPTU			
1 – Descontos concedidos para pagamento de carnê em conta única, à vista;	25.000	35.000	35.000
2 – Isenções de pagamento do IPTU à população de baixa renda;	10.000	10.000	10.000
TOTAL I	35.000	45.000	45.000
II – ISS			
1 – Isenção do tributo para microempresas proporcionar emprego e renda aos trabalhadores de baixa renda;	5.000	5.000	5.000
2 – Isenção de ISS no primeiro ano de funcionamento de micro e pequena empresa prestadora de serviços para se instalarem na cidade;	5.000	5.000	5.000
TOTAL II	10.000	10.000	10.000
III – OUTROS TRIBUTOS			
1 – Taxas de Capatazia e Outros, para desenvolvimento do comércio local			
TOTAL III	5.000	5.000	5.000
TOTA1 I + II	50.000	60.000	60.000



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

7. Anexo de Avaliação do Cumprimento de Metas Relativas ao Ano Anterior

Anexo 7 - ART. 4º, § 3º, I DA LRF – ANEXO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR				
ESPECIFICAÇÃO	METAS FISCAIS DE 2016			
	PREVISTA	REALIZADA	RESULTADO	
			Diferença (+/-)	Avaliação das Metas
1 - RECEITA TOTAL				
2 - DESPESAS TOTAL				
3- RESULTADO PRIMÁRIO				
4- RESULTADO NOMINAL				
5 - DESPESAS DE PESSOAL				
6 - APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO(Limite CF/88)				
7 – APLICAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS EM SAÚDE				
8 – RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL				
9 – PAG. DA DÍVIDA – SD: 15.000.000,00				Pagamento programado
11 - AVALIAÇÃO DAS METAS DE DESEMPENHO DO ANO ANTERIOR				
12 - AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE TRABALHO E PROJETOS				

Sem informações porque a outra gestão não disponibilizou nenhum documento.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

8. Anexo de Avaliação Financeira e Atuarial do Regime de Previdência

Anexo 8 – ART. 4º § 2º -IV DA LRF - ANEXO DE AVALIAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES						
10.1 - SITUAÇÃO FINANCEIRA						
ESPECIFICAÇÃO				VALOR		
CONTRIBUIÇÕES						
(-) BENEFÍCIOS						
(=) SUPERAVIT/DEFICIT						
AVALIAÇÃO:						
10.2 - SITUAÇÃO ATUARIAL						
ESPECIFICAÇÃO			VALOR			
			Exercício	Exercício	Exercício	Exercício
CONTRIBUIÇÕES E RESERVAS						
(-) COMPROMISSOS						
(=) MARGEM						
LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS (Idade, tempo de contribuições, expectativa de vida e custos dos benefícios).			Especificação:			
AVALIAÇÃO:						
10.3 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS DE 2010 EM DIANTE						
Exercício (Próximos 35 anos)	Repasse Contribuição Patronal	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Repasse Recebido p/ Cobertura de Déficit RPPS	
Exercícios						



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

ANO	VALOR	ANO	VALOR	ANO	VALOR	ANO	VALOR	ANO	VALOR	ANO	VALOR
2010		2016		2022		2028		2034		2040	
2011		2017		2023		2029		2035		2041	
2012		2018		2024		2030		2036		2042	
2013		2019		2025		2031		2037		2043	
2014		2020		2026		2032		2038		2044	
2015		2021		2027		2033		2039		2045	
TOTAL											

NOTA EXPLICATIVA: O Município de TAILÂNDIA não possui regime próprio de previdência o qual é vinculado ao regime geral de previdência social (INSS).

ANEXO SEM MOVIMENTO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO
9. Anexo de Riscos Fiscais

9. ANEXO DE RISCOS FISCAIS

A prudência estabelecida na LDO vem se tornando uma imperiosidade dentre os entes governamentais, e, constitui-se um dos ditames legais contidos no Parágrafo 3º, Art. 4º da Lei Complementar Nº 101/2000 (LRF).

Trata-se da necessidade de previsão dos passivos contingentes, entendidos como situações incertas ou eventuais, que, mormente fogem ao controle das ações planejadas de governo, e, certamente, podem afetar as contas públicas e criar desequilíbrios no orçamento da Prefeitura.

Esses passivos contingentes quando ocorrem podem acarretar danos à administração pública, cujos riscos se manifestam de duas formas:

- a) Riscos orçamentários: são aqueles que se referem à contração das receitas e aumento das despesas, que, podem criar situações dramáticas, atingindo: o nível da atividade econômica do município, a taxa de inflação, a taxa de juros, etc.

- b) Riscos da Dívida: estes quase sempre estão relacionados a situações externas à administração municipal e podem desencadear aumentos nos estoques da dívida pública municipal, com fortes reflexos na variação da taxa de juros, julgamentos dos processos jurídicos e outros.

O Município de TAILÂNDIA norteará suas contas orçamentárias no período 2017 dentro do princípio de prudência administrativa e financeira, atendendo aos limites do endividamento público exigido pelo Senado Federal e à cobertura de despesas contraídas, especialmente, com relação àquelas de caráter continuado, e, também, resguardando-se através do equilíbrio fiscal e com uma verba de RESERVA DE CONTINGÊNCIA voltada, também, para atender às necessidades contrárias de possíveis riscos fiscais ou passivos contingentes em nível local e conforme delineado no anexo abaixo.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Anexo 9 - ART. 4º § 3º DA LRF – ANEXO DE RISCOS FISCAIS	
9.1 FATORES IMPREVISTOS	PROVIDÊNCIAS A ADOTAR
<ul style="list-style-type: none">• Verão forte, grande queimadas	Limitação de empenhos, utilização da Reserva de Contingência, busca de apoio e engajamento da sociedade civil e do governo estadual e federal.
<ul style="list-style-type: none">• Inverno forte, queda de pontes, estradas arruinadas.	Limitação de empenhos, utilização da Reserva de Contingência, busca de apoio e engajamento da sociedade civil e do governo estadual e federal.
<ul style="list-style-type: none">• Epidemias regionais	Utilização da Reserva de Contingência, busca de apoio e engajamento da sociedade civil e do governo estadual e federal.
<ul style="list-style-type: none">• Precatórios Judiciais	Programação de recursos e contenção de despesas limitando empenhos, utilização da Reserva de Contingência ou renegociação de passivos.
<ul style="list-style-type: none">• Tributos lançados e não pagos pelo contribuinte oriundos dos fatores citados.	Citações de cobranças dos contribuintes, isenções e parcelamentos dos débitos e medidas administrativas e judiciais com vistas à recuperação dos tributos não pagos.
<ul style="list-style-type: none">• Redução das transferências constitucionais em função de crises econômicas conjunturais	Limitação de empenhos, utilização da Reserva de Contingência, busca de apoio e engajamento da sociedade civil e do governo estadual e federal.
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
Receita Corrente Líquida/RCL = R\$	Reserva de Contingência prevista (1% x RCL =)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

9.2 RISCOS FISCAIS POR REDUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

Queda de arrecadação em decorrência de mudanças estruturais econômicas no País:

Recursos de Convênios não Repassados – R\$ 1.000.000,00;

Transferências constitucionais diminuídas – R\$ 1.000.000,00.

9.3 RISCOS FISCAIS DECORRENTES DE PERDAS DE AÇÕES JUDICIAIS

Previsão estimada em R\$1.000.000,00.

9.4 RISCOS FISCAIS PARA ATENDER A REGULARIZAÇÃO DE PASSIVOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Previsão estimada de R\$500.000,00 para atender a situação acima.

9.5 PROVIDÊNCIAS

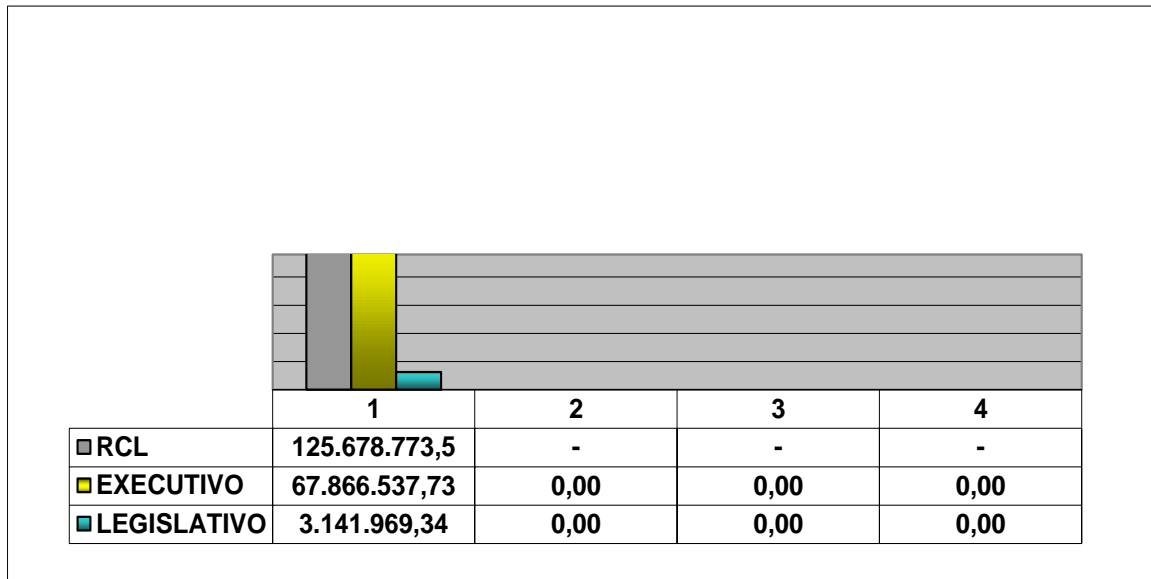
Todos os riscos fiscais demonstrados nas situações acima devem implicar em procedimentos a serem tomados pela administração pública, sem prejuízo de suas obrigações, sendo otimizadas aquelas de maior impacto à sociedade, optando-se pela redução nas despesas discricionárias e adiáveis, como as ações novas, as direcionadas a melhorias de sua máquina administrativa e operacional, dentre outras, de maneira a se garantir o equilíbrio fiscal e a trajetória perseguida pela administração pública municipal.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

**10. Anexo da Estimativa de Despesa de Pessoal, Aplicação em Educação
e
Saúde e Transferências ao Legislativo**

Anexo 10.1 - DEMONSTRATIVO DE PREVISÃO DA DESPESA DE PESSOAL				
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA/RCL			
	2017	2018	2019	2020
I - RECEITA CORRENTE	135.679.682,11			
II - DEDUÇÕES (-FUNDEB)	10.000.908,54			
RECEITA CORRENTE - RCL	125.678.773,57	-	-	-
DESPESA DE PESSOAL E ENCARGOS				
EXECUTIVO (54% da RCL)	67.866.537,73	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (2,5% da RCL)	3.141.969,34	0,00	0,00	0,00
TOTAL PREVISAO DESP PESSOAL-60%	71.008.507,07	0,00	0,00	0,00



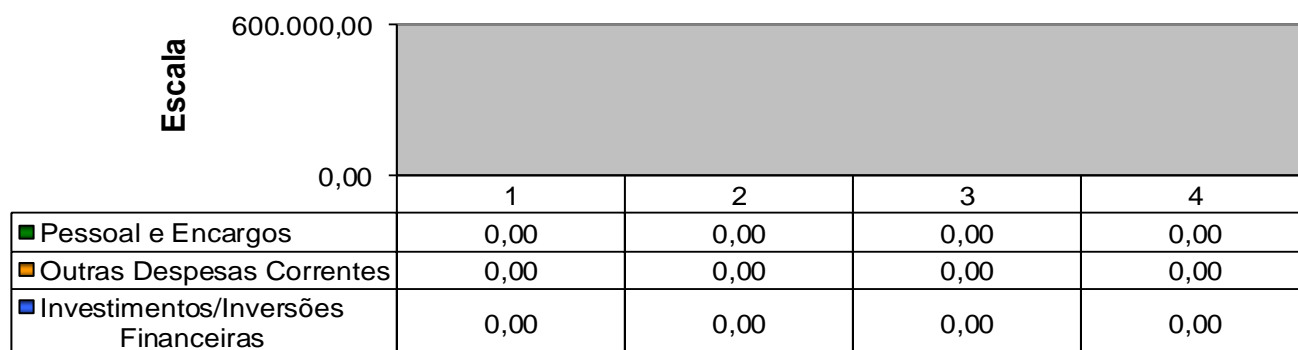


ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Anexo 10.2 - DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RECETAS / ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	TOTAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					0,00
FUNDO DE EDUCAÇÃO/FUNDEB					0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS / ESPECIFICAÇÃO	TOTAL				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (Valor Líquido)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS / INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETAS QUE COMPÕE A EDUCAÇÃO	0,00	0,00			0,00
25 % MÍNIMO RECURSOS PRÓP À APLICAR 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

Anexo 10.4 - ESTIMATIVA DE TRANFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO					
RECEITAS	2017	2018	2019	2020	TOTAL
RECEITAS TRIBUTÁRIAS (A)					0,00
TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS (B)					0,00
TOTAL (C) = (A) + (B)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE DESPESAS					TOTAL
LEGISLATIVO TOTAL (D) 7% DE (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS (E) = 70% DE (D)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS (F) = 30% DE (D)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL PREVISTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSFERENCIAS AO LEGISLATIVO

ANOS	TRANSFERENCIAS AO LEGISLATIVO	RECEITA
4	0,00	0,00
3	0,00	0,00
1	0,00	0,00